

QUEROCRED SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A

Av. Antônio Frederico Ozan, 101, 3º andar, bairro São Luís, Canoas, RS, CEP 92420-360.

CNPJ: 49.035.310/0001-30

Demonstrações Contábeis em 30 de junho de 2026.

Demonstrativos compreendidos:

- Termo Declaratório;
- Relatório da Administração;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração Resultado Exercício;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração das Mutações do Exercício;
- Demonstração do Fluxo de Caixa;
- Notas Explicativas;
- Relatório dos Auditores Independentes.

Demonstrações divulgadas no site em **30/09/2026**.

<https://querocred.com.br/politicas/>

A Diretoria da **QUEROCRED** declara a veracidade e consistência das informações contidas nos demonstrativos elencados.

GIOVANA STEFANI ZAFFARI
Diretora Administrativa Financeira

PAULO EDUARDO PEREIRA
CRC SC 030018/O-3

TERMO DECLARATÓRIO

Eu, GIOVANA STEFANI ZAFFARI, assumo inteira responsabilidade pelo conteúdo dos documentos contidos no arquivo. Declaro estar de inteira responsabilidade pelas informações prestadas, estando ciente de que a falsidade nas informações implicará nas penalidades cabíveis.

Setembro de 2026

GIOVANA STEFANI ZAFFARI
Diretora Administrativa Financeira

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Interessados: QUEROCRED SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A., em cumprimento às disposições legais submete à apreciação de V.Sas. as respectivas Demonstrações Contábeis acompanhadas das Notas Explicativas, relativas ao exercício findo em 30 de junho de 2026. Pretendemos para o próximo exercício manter os esforços para a continuidade da ampliação e sucesso dos negócios.

A Diretoria

QUEROCRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em reais)

CNPJ: 49.035.310/0001-30

ATIVO

	30.06.2026	31/12/2025
	-----	-----
CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE		
Disponibilidades (Nota 3)	1.518.800,57	849.812,74
Relação interfinanceira Bacen	2.000.000,00	1.000.000,00
Operações de crédito (Nota 4)	393.123,23	432.353,83
Outros créditos	11.893,02	11.893,02
	-----	-----
Total do circulante	3.923.816,82	2.294.059,59
Realizável a longo prazo		
Operações de crédito (Nota 4)	163.771,83	110.559,45
	-----	-----
Total do não circulante	163.771,83	110.559,45
Total do circulante e não circulante		
PERMANENTE		
Imobilizado (Nota 5)	6.766,88	8.298,70
	-----	-----
Total do permanente	6.766,88	8.298,70
Total do ativo	4.094.355,53	2.412.917,74
	=====	=====

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUEROCRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em reais)

CNPJ: 49.035.310/0001-30

PASSIVO

	30.06.2026	31/12/2025
	-----	-----
CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE		
Outras obrigações (Nota 6)	7.486,38	7.077,72
Fiscais e previdenciárias (Nota 7)	7.591,51	9.448,17
Provisão para pagamentos a efetuar (Nota 8)	34.106,70	22.866,21
	-----	-----
Total do circulante e não circulante	49.184,59	39.392,10
	-----	-----
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social (Nota 9)	5.000.000,00	3.000.000,00
Prejuízos acumulados	(954.829,06)	(626.474,36)
	-----	-----
Total do patrimônio líquido	4.045.170,94	2.373.525,64
	-----	-----
Total do passivo e patrimônio líquido	4.094.355,53	2.412.917,74
	=====	=====

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUEROCRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 2025

(Em reais)

CNPJ: 49.035.310/0001-30

	30.06.2026	30/06/2025
	-----	-----
Receitas operacionais		
Rendas de operação de crédito	77.685,49	103.422,08
Rendas de títulos e valores mobiliários	-	8.661,65
Rendas com prestação de serviços	12.981,93	17.400,54
Outras receitas operacionais de operação de crédito	32.626,15	828.502,66
Reversão de provisão para risco de crédito	6.526,68	2.666,32
	-----	-----
Total receita operacional	129.820,25	960.653,25
 Despesas operacionais		
Despesas de pessoal	(154.629,65)	(136.727,15)
Despesas de processamento	(155.327,58)	(141.081,46)
Despesas de serviços de sistema financeiro	(1.169,51)	(1.949,48)
Despesas de serviços técnicos	(105.933,71)	(142.452,41)
Despesas serviços de terceiros	(1.216,85)	-
Despesas de transporte	(2.210,36)	(12.739,40)
Despesas tributárias	(21.202,42)	(2.436,27)
Outras despesas administrativas (Nota 10)	(1.036,17)	(7.067,50)
Aprovisionamentos e ajustes	(1.531,82)	(1.146,31)
Outras despesas operacionais (Nota 11)	(13.916,88)	(73.954,60)
	-----	-----
Total das despesas operacionais	(458.174,95)	(519.554,68)
 Resultado operacional	(328.354,70)	441.098,57
 Outras receita não operacionais	-	8.482,96
	-----	-----
Resultado antes do IRPJ e da CSLL	(328.354,70)	449.581,53
Imposto de renda e contribuição social	-	(96.067,32)
 Prejuízo (lucro) do semestre	(328.354,70)	353.514,21
	=====	=====
 Ações em circulação no final do exercício	5.000.000	2.000.000
Prejuízo por ação – R\$	(0,065)	0,177
	=====	=====

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUEROCRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 2025

(Em reais)

CNPJ: 49.035.310/0001-30

	30.06.2026	30.06.2025
	-----	-----
Prejuízo do semestre	(328.354,70)	353.514,21
Outros resultados abrangentes	-	-
	-----	-----
Total do resultado abrangente	(328.354,70)	353.514,21
	=====	=====

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUEROCRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 2025

(Em reais)

CNPJ: 49.035.310/0001-30

	Capital Social	Prejuízo Acumulado	Total
	-----	-----	-----
Saldo de 31 de dezembro de 2024	2.000.000,00	(763.358,16)	1.236.641,84
Lucro do semestre	-	353.514,21	353.514,21
	-----	-----	-----
Saldos em 30 de junho de 2025	2.000.000,00	(409.843,95)	1.590.156,05
Lucro do semestre	-	(216.630,41)	(216.630,41)
Aumento de capital	1.000.000,00	-	1.000.000,00
	-----	-----	-----
Saldo de 31 de dezembro de 2025	3.000.000,00	(626.474,36)	2.373.525,64
Aumento de capital	2.000.000,00	-	2.000.000,00
Prejuízo do semestre	-	(328.354,70)	(328.354,70)
	-----	-----	-----
Saldos em 30 de junho de 2026	5.000.000,00	(954.829,06)	4.045.170,94
	=====	=====	=====

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUEROCRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA****EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 2025****(Em reais)****CNPJ: 49.035.310/0001-30**

	30.06.2026	30/06/2025
	-----	-----
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Prejuízo (lucro) do semestre	(328.354,70)	353.514,21
Ajustes por:		
Depreciação	1.531,82	1.146,31
Ajuste de exercício anterior	-	13.581,49
Provisão para risco de crédito	1.035,77	20.042,41
Redução (aumento) da variação de ativos:		
Títulos e valores mobiliários	-	224.763,25
Operação de crédito	(15.017,55)	(309.559,59)
Outros créditos	(1.000.000,00)	(110.000,00)
Aumento (redução) da variação de passivos:		
Fornecedores	-	(8.287,43)
Outras obrigações	408,66	36,48
Fiscais e previdenciárias	(1.856,66)	66.737,00
Provisão para pagamentos a efetuar	11.240,49	5.181,02
	-----	-----
Caixa líquido das atividades operacionais	(1.331.012,17)	257.155,15
	-----	-----
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Integralização de capital	2.000.000,00	-
	-----	-----
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	2.000.000,00	-
	-----	-----
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	668.987,83	257.155,15
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	849.812,74	665.275,30
	-----	-----
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO	1.518.800,57	992.430,45
	=====	=====

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUEROCRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 2025

(Valores expressos em reais)

CNPJ: 49.035.310/0001-30

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Querocred Sociedade de Crédito S.A. (“Companhia” ou “Querocred”) tem por objeto social realização de operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem capital próprio, bem como prestação de serviços de análise de crédito e cobrança extrajudicial para terceiros.

A Companhia foi constituída, de acordo com o seu estatuto social em 13 de dezembro de 2021 e suas operações tiveram início em 01 de março de 2023. A Companhia está sediada na cidade de Canoas no Estado do Rio Grande do Sul.

Em 16 de novembro de 2022, a Querocred Sociedade de Crédito Direto S.A. obteve sua autorização pelo BACEN para funcionar como sociedade de crédito direto, de acordo com a publicação do Diário Oficial da União. Desta forma, a Companhia passou a adotar os procedimentos aplicáveis às instituições regulamentadas por este regulador, inclusive no tocante a forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações contábeis.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 06 de agosto de 2026.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais levam em consideração as disposições contidas na legislação societária brasileira, normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e do BACEN, quando aplicáveis. A apresentação destas demonstrações contábeis está de acordo com a Resolução BCB nº 2/2020 e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) aprovados pelo BACEN. A resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução vigente estabelecem os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras. Conforme estabelecido no artigo 79 da Resolução CMN 4966 de 25/11/2021, as instituições mencionadas no art. 1º ficam dispensadas da apresentação comparativa nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2026 relativamente aos períodos anteriores.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de eventuais ativos e passivos financeiros, os quais são mensurados ao valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em qualquer período futuro afetado.

2.2. Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$ (reais), que é a moeda funcional da Companhia.

2.3. Disponibilidades

Disponibilidades incluem dinheiro em caixa, depósitos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.4. Títulos e valores mobiliários

2.4.1. Classificação

(a) Ativos financeiros

A Companhia avalia e classifica seus ativos financeiros para Negociação: adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e apresentados no Ativo Circulante independentemente de seu prazo de vencimento. Registrados ao custo de aquisição e acrescidos de rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados a valor justo em contrapartida ao resultado do período.

(b) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo.

2.4.2. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo.

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.5. Operação de crédito

As operações de crédito estarão com seus valores atualizados e expressos pelo valor principal, acrescidos dos rendimentos e encargos decorridos até a data do balanço patrimonial. As rendas de operações ativas são apropriadas de forma “*pro rata*” dia. As operações prefixadas são registradas pelo valor de resgate reduzido pelos encargos a apropriar. As operações de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando-se os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/1999 do CMN, a qual requer a classificação da carteira em nove níveis, sendo “AA” risco mínimo e “H” risco máximo. Ainda devem ser considerados os períodos de atrasos definidos conforme Resolução nº 2.682/1999 do CMN, para atribuições dos níveis de classificação dos clientes. As rendas de operações de crédito vencidas a mais de 60 dias são reconhecidas como receitas quando do seu efetivo recebimento, como determinado no artigo 9º da Resolução nº 2.682/1999 do CMN.

A provisão para risco de crédito está constituída com base nos critérios de classificação das operações de crédito definidos pela Resolução nº 2.682/1999 do CMN e legislação complementar.

2.6. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos).

2.7. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço e geram lucro tributável.

A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias.

2.8. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico de aquisição ou construção, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme demonstrado na nota explicativa nº. 5. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.9. Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda.

Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

2.10. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

2.11. Reconhecimento da receita

As receitas com rendas e serviços representam o valor faturado ou atualizado pelo regime de competência, recebido ou a receber pela operação de crédito no curso normal das atividades da Companhia e é apresentada líquida dos descontos incidentes sobre esta.

3. DISPONIBILIDADES

	30.06.2026	31.12.2025
	-----	-----
Bancos conta movimento	1.518.800,57	849.812,94
	-----	-----
	1.518.800,57	849.812,94
	=====	=====

4. OPERAÇÃO DE CRÉDITO

As operações de crédito estão demonstradas contabilmente pela sua Classificação por Carteira (C1 a C5), faixa de atraso e probabilidade de perda conforme histórico interno e práticas de mercado. A instituição adota os critérios contábeis previstos no IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, conforme regulamentação do Banco Central do Brasil, notadamente a Resolução CMN nº 4.966/2021.

a) Classificação por operação de crédito

	31.12.2026			31.12.2025		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimos	312.383,16	31.746,85	344.130,01	512.313,08	114.528,48	626.841,56
Direitos creditórios descontados	10.162,35	-	10.162,35			
Financiamentos	147.015,12	140.025,20	287.040,32	-	-	-
(-) Provisão para perdas	(63.530,00)	(8.000,22)	(71.530,22)	(65.939,36)	-	(65.939,36)
(-) Provisão adicional	(6.485,98)	-	(6.485,98)	(7.072,04)	(3.969,03)	(11.041,07)
(-) RD – TJEO Diferenciada	(6.421,42)	-	(6.421,42)	(6.947,85)	-	(6.947,85)
	393.123,23	163.771,83	556.895,06	432.353,83	110.559,45	542.913,28
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

b) Composição das carteiras de operações de crédito

Composição de carteira de operações de crédito	30/06/2026	31/12/2025
Empréstimos – Capital de giro	266.657,46	502.552,70
Direitos creditório descontado	9.964,68	40.360,58
Financiamento	280.272,92	-
Total	556.895,06	542.913,28
	=====	=====

c) Classificação por estágio de Risco de Crédito

Composição de carteira de operações de crédito	30/06/2026	31/12/2025
Metodologia Simplificada – Ativos não problemáticos		
Empréstimos direitos creditório descontado	276.487,81	546.063,70
Financiamentos	284.252,45	-
Metodologia Simplificada – Ativos problemáticos		
Empréstimos e direitos creditórios	74.171,00	73.830,01
Total	634.911,26	619.893,71
	=====	=====

d) Classificação por carteira de Crédito

	30/06/2026	31/12/2025
	-----	-----
Carteira C2	284.252,45	-
Não Problemáticos	284.252,45	-
De 0 a 14 dias de atraso	284.252,45	-
Carteira C3	10.157,68	43.327,03
Não Problemáticos	10.157,68	37.651,33
De 0 a 14 dias de atraso	10.157,68	37.651,33
Problemáticos Adimplidos	-	6.675,70
De 0 a 90 dias e atraso	-	6.675,70
Carteira C4	94.372,15	376.837,25
Não problemático	21.230,10	313.787,49
De 0 a 14 dias de atraso	21.230,10	313.787,49
Problemáticos inadimplidos	73.142,05	63.049,76
Inadimplido – Período igual ou maior que 1 e menor que 2 meses	10.092,29	-
Inadimplido – Período igual ou maior que 19 e menor que 20 meses	-	12.917,91
Inadimplido – Período igual ou maior que 21 meses	63.049,76	50.131,85
Carteira C5	246.128,98	198.729,43
Não Problemáticos	245.100,03	194.624,88
De 0 a 14 dias de atraso	185.796,02	194.624,88
De 15 a 30 dias de atraso	59.304,01	-
Problemáticos inadimplidos	1.028,95	4.104,55
Inadimplido – Período igual ou maior que 1 e menor que 2 meses	1.028,95	-
Inadimplido – Período igual ou maior que 6 e menor que 7 meses	-	4.404,55

e) Composição por nível de risco:

	A	B	E	F	H	Total
2025	-----	-----	-----	-----	-----	31.12.2025
Empréstimos e financiamentos	552.739,40	-	-	-	67.154,31	619.893,71
Total	552.739,40	-	-	-	67.154,31	619.893,71
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
% da carteira	89,17%	-	-	-	10,83%	100%
Provisão	(10.901,52)	-	-	-	(66.078,91)	(76.980,43)
Saldo carteira liquida	541.837,88	-	-	-	1.075,40	542.913,28
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
2026	-----	-----	-----	-----	-----	Total
	A	B	E	F	H	30.06.2026
Empréstimos e financiamentos	501.436,25	59.304,01	1.028,95	10.092,29	63.049,76	634.911,26
Total	501.436,25	59.304,01	1.028,95	10.092,29	63.049,76	634.911,26
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
% da carteira	78,98%	9,34%	0,16%	1,59%	9,93%	100%
Provisão	(5.528,58)	(4.447,80)	(549,46)	(4.440,60)	(63.049,76)	(78.016,20)
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
Saldo carteira liquida	495.907,67	54.856,21	479,49	5.651,69	-	556.895,06
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

5. IMOBILIZADO

2025

	Equipamentos de Informática	Total
CUSTO TOTAL	-----	-----
Saldos em 31 de dezembro de 2024	11.463,20	11.463,20
Aquisição	3.855,00	3.855,00
Baixas	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	15.318,20	15.318,20
	=====	=====
DEPRECIAÇÃO ACUMULADA		
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(4.212,86)	(4.212,86)
Depreciação	(2.806,64)	(2.806,64)
Baixas	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	(7.019,50)	(7.019,50)
	=====	=====
Valor residual – 31/12/2025	8.298,70	8.298,70
	=====	=====
Taxa anual de depreciação - %	20,00	20,00
	=====	=====

2026

	Equipamentos de Informática	Total
CUSTO TOTAL	-----	-----
Saldos em 31 de dezembro de 2025	15.318,20	15.318,20
Aquisição	-	-
Baixas	-	-
Transferências	-	-
Saldos em 30 de junho de 2026	15.318,20	15.318,20
	=====	=====
DEPRECIAÇÃO ACUMULADA		
Saldos em 31 de dezembro de 2025	(7.019,50)	(7.019,50)
Depreciação	(1.531,82)	(1.531,82)
Baixas	-	-
Saldos em 30 de junho de 2026	(8.551,32)	(8.551,32)
	=====	=====
Valor residual – 30/06/2026	6.766,88	6.766,88
	=====	=====
Taxa anual de depreciação - %	20,00	20,00
	=====	=====

6. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	30.06.2026	31/12/2025
	-----	-----
Operações de crédito – IOF	7.486,38	7.077,72
	-----	-----
	7.486,38	7.077,72
	=====	=====

7. FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	30.06.2026	31.12.2025
	-----	-----
Irrf sobre serviços	438,64	409,42
Irf sobre salários	149,60	1.477,46
Csrf – Contribuições	1.359,87	1.309,46
Inss sobre salários	3.112,01	3.126,39
Fgts sobre salários	1.822,40	1.517,03
Cofins	464,69	616,50
Pis	75,51	100,18
Iss	168,79	212,07
Csll a pagar	-	679,66
	-----	-----
	7.591,51	9.448,17
	=====	=====

8. PROVISÃO PARA PAGAMENTOS A EFETUAR

	30.06.2026	31/12/2025
	-----	-----
Provisão férias e 13º salário	24.881,00	17.388,77
Provisão inss sobre férias e 13º salário	7.235,25	4.086,36
Provisão fgts sobre férias e 13º salário	1.990,45	1.391,08
	-----	-----
	8.298,70	22.866,21
	=====	=====

9. CAPITAL SOCIAL

Em 30 de junho de 2026 o capital social, era de R\$ 5.000.000,00, (R\$ 3.000.000,00) em 31 de dezembro de 2025, dividido em 5.000.000,00 ações, (3.000.000) em 31 de dezembro de 2025, no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, distribuídas entre os acionistas da seguinte forma:

Sócios	Participação %	Quotas Quantidade	Capital Social
-----	-----	-----	-----
Rodrigo Stefani Guindani	25	1.250.000	1.250.000,00
Luiz Carlos Stefani	25	1.250.000	1.250.000,00
Diogo Stefani Guindani	25	1.250.000	1.250.000,00
Giovana Stefani Zaffari	25	1.250.000	1.250.000,00
	-----	-----	-----
Total	100	5.000.000	5.000.000,00
	=====	=====	=====

Do aumento de capital o valor R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), devidamente registrado na conta de aumento de capital, encontra-se aguardando a competente aprovação regulatória do Banco Central do Brasil (BCB) para a efetivação do respectivo aumento de capital.

10. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	30.06.2026	30.06.2025
	-----	-----
Despesas com emolumentos judiciais	(295,91)	-
Despesas com telefone	-	(5.749,40)
Despesas multas e juros impostos	(22,91)	(15,78)
Despesas associações de classe	(37,35)	-
Outras despesas administrativas	(680,00)	(1.302,32)
	-----	-----
	(1.036,17)	(7.067,50)
	=====	=====

11. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	30.06.2026	30.06.2025
	-----	-----
Despesas de impostos sobre serviços	(621,28)	(737,52)
Despesas com cofins	(4.931,74)	(38.974,85)
Despesas com pis	(801,41)	(6.333,41)
Despesas com provisão para risco de crédito	(7.562,45)	(25.408,82)
Outras despesas operacionais	-	(2.500,00)
	-----	-----
	(13.916,88)	(73.954,60)
	=====	=====

12. GERENCIAMENTO DE RISCO

RISCO DE CRÉDITO

Risco de crédito define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiro nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco da contraparte, à de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação e a outros valores relacionados;

RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez define-se como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como de não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado;

RISCO OPERACIONAL

O risco operacional define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos, incluindo o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição;

RISCO SOCIOAMBIENTAL

Atendendo as normas do Banco Central do Brasil, a Instituição edita a política de responsabilidade socioambiental, a qual contém princípios e diretrizes que norteiem as ações de natureza socioambiental nos negócios e na relação com as partes interessadas, incluindo diretrizes para prevenir e gerenciar riscos, impactos e oportunidades socioambientais na esfera de influência da organização, contribuindo para concretizar o seu compromisso empresarial com o desenvolvimento sustentável;

RISCO DE CAPITAL

Com base nas Resoluções do Banco Central do Brasil a Política de Gerenciamento de Risco de Capital tem como fim estabelecer diretrizes e estratégias para atender as necessidades de “funding” da Instituição, e atender a governança estabelecida pelo

BACEN, observando para tanto os seguintes itens: Relevância: considerar o grau de concentração das operações de acordo com os compromissos do fluxo de caixa, evitando o descasamento do ativo com o passivo, prazos e taxas;
Proporcionalidade: Política compatível com o porte da Instituição.

OUVIDORIA: O Componente organizacional de ouvidoria encontra-se implementada internamente.

1. LIMITE OPERACIONAL (Acordo da Basileia)

A Instituição optou pela metodologia facultativa simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado - PRS5, conforme Res. 4.606/17. A mesma encontra-se enquadrada nos limites mínimos de capital e patrimônio compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, conforme normas vigentes do Banco Central do Brasil. O índice de Basileia em 30/06/2026 é de 167,30%.

GIOVANA STEFANI ZAFFARI
Diretora Administrativa Financeira

PAULO EDUARDO PEREIRA
Contador
CRC 030018/O-3

QUEROCRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

30 de junho de 2026

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores da

QUEROCRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da QUEROCRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A. que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre encerrado nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da QUEROCRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A. em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício encerrado nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras da QUEROCRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e as demonstrações intermediárias do semestre findo em 30 de junho de 2025 foram anteriormente auditadas por nós, sobre as quais emitimos relatórios de auditoria sem modificações, datados de 19 de fevereiro de 2026 e 29 de agosto de 2025, respectivamente. Como exigido pelas práticas contábeis aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, os saldos do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e do resultado do semestre findo em 30 de junho de 2025 estão sendo apresentados exclusivamente para fins de comparabilidade com os saldos do período atual.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.

O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 06 de agosto de 2026.



Rosito & Filomena

Auditores Independentes
CRC/RS 3993 – CVM 9091

Jose Albino Filomena
Contador - CRC/RS 43.798

Cristian R Weschenfelder
Contador – CRC/RS 78.089